



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



Of. nº 252/2023/GPBCN

Bom Despacho, 13 de junho de 2.023.

À Sua Excelência a Senhora  
Sâmara Mara Aparecida e Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro  
35630-034 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminho mensagem de veto nº 08 de 12 de junho de 2.023, a emenda modificativa nº 1.01 ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2022.

Senhora Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar a emenda modificativa nº 1.01 à Proposição de Lei Complementar nº 15/2022, a qual: *“Cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à estrutura e quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do anexo I da Lei Complementar nº 25/2013 e dá outras providências”*.

As razões do veto encontram-se na mensagem anexa.

Atenciosamente,

**BERTOLINO DA COSTA NETO:**  
**50700553649**  
Bertolino da Costa Neto  
**Prefeito Municipal**

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649  
DN: c=BRT, ou=CP-Brasil, OU=AC CERTIFICA MINAS v5, OU=32143163000110, OU=Presencial, OU=Certificado  
PF A3: CN=BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.06.13 11:45:54-03'00"  
Fonte PDF Reader Versão: 11.2.1



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



**Mensagem nº 08, de 12 de junho de 2023.**

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

**I - Do Relatório:**

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar a emenda modificativa nº 1.01 feita no Projeto de Lei Complementar nº 15/2022, o qual: *“Cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à estrutura e quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do anexo I da Lei Complementar nº 25/2013 e dá outras providências”*.

Nos termos das razões do veto, entende o Poder Executivo que a emenda modificativa invade sua competência, modificando procedimentos atinentes à criação de cargos públicos, organização interna e administrativa, padecendo de vícios de inconstitucionalidade em face do princípio da separação de poderes.

A emenda modificativa nº 1.01 ao Projeto de Lei Complementar é integralmente inconstitucional por ferir o princípio da separação dos poderes disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988, e do vício de iniciativa, disposto no Art. 61, §1º, II, b, da CF/88 e art. 74, II, “b”, art. 87, incisos III e XI da Lei Orgânica do Município.

É fato que a citada emenda modificativa foi aprovada na 12ª sessão ordinária, ocorrida em 15/5/2023, tendo sido encaminhada ao Executivo via ofício nº 32/2023 em 16/5/2023, razão pela qual se faz tempestiva a publicação do presente veto até o dia 12/5/2023, considerando os feriados e pontos facultativos (1/6/2023 e 8/6/2023 – feriado; 2/6/2023 e 9/6/2023 – ponto facultativo).

É o breve relatório.

**II – Razões e Justificativas do Veto:**

Inicialmente é importante salientar que a emenda modificativa nº 1.01 feita no Projeto de Lei Complementar nº 15/2022, justificou-se ao argumento de que o cargo de analista educacional não é compatível com o exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se enquadrando no conceito de cargo em comissão, razão pela qual a Câmara Municipal alterou o texto do §1º do Art. 1º do PLC 15/2022, passando da seguinte redação: *“O cargo de Analista Educacional será de livre nomeação e exoneração e deverá ser ocupado por quem tenha licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar”*, para a seguinte redação: *“O ingresso no cargo de Analista Educacional ocorrerá mediante concurso público de provas ou provas e títulos, exigindo-se do candidato, licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar”*.

Entenderam os Vereadores que o cargo de analista educacional não exige uma relação de confiança com a Secretaria de Educação ou Prefeito, pois este não exercerá atividade de coordenação de pessoal e de setor, de direcionamento da gestão, de assessoramento ou funções de cunho decisório, dentre outras que exijam a escolha da autoridade nomeante, pelo contrário, tratar-se-á de serviço burocrático e operacional que é típico de servidores públicos efetivos, portanto a investidura do cargo deve ser feita através de concurso público de provas ou provas e títulos, não se enquadrando do conceito de cargo em comissão.

É importante salientar, que contrariamente ao argumentado da Casa Legislativa, o cargo de Analista Educacional é de assessoramento conforme trata o artigo 37, inciso II e V da Constituição





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



Federal, contendo funções que envolvem atividades complexas, de responsabilidade e, ainda, de confiança com a autoridade nomeante.

Ademais, em decorrência dos princípios da moralidade, razoabilidade e eficiência da Administração Pública, pressupõe-se que, para exercer uma função de assessoramento, o servidor tenha conhecimento na área que atuará, considerando a capacidade técnica do servidor a ser nomeado a exercer essas funções, destacando no caso em análise a exigência de formação superior em pedagogia com pós-graduação em inspeção escolar para o cargo de analista educacional.

É imprescindível que o servidor que desempenhará as funções do cargo de analista educacional no Sistema Municipal de Educação seja comissionado, guardando relação com assessoramento, inclusive, será necessária a realização de avaliações periódicas deste profissional pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de verificar se as demandas e as especificidades de um sistema próprio de ensino estão se desenvolvendo de acordo com as legislações educacionais Federal, Estadual e Municipal e com os Programas e Projetos implantados pelo Poder Executivo e normatizados pelo Conselho Municipal de Educação.

Trata-se de um cargo que será único na rede municipal de educação sendo necessário que o servidor detentor desta função tenha experiência docente e de gestão em escolas conhecendo profundamente o seu funcionamento com destaque de mérito em análise de legislações educacionais, cabendo ao Executivo designar profissional competente para tal desempenho e uma vez, tendo desempenho insatisfatório constatado pelos órgãos do Sistema de Educação seja exonerado para que não haja prejuízo à rede municipal de educação e às escolas particulares de educação infantil, tratando-se de assessoramento a Administração, através da Secretaria Municipal de Educação.

Ademais, é certo que a emenda modificativa invade a competência privativa do Executivo, modificando procedimentos atinentes à criação de cargos públicos, organização interna e administrativa, padecendo de vícios de inconstitucionalidade em face do princípio da **separação de poderes, disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988, e do vício de iniciativa, disposto no Art. 61, §1º, II, b, da CF/88, art. 74, II, “b”, art. 87, incisos III e XI da Lei Orgânica do Município.**

Senhores Vereadores, compreendendo a nobre intenção desta Casa Legislativa, bem como o fim visado pela emenda modificativa nº 1.01 ao PLC 15/2022, observa-se que a presente não guarda a necessária característica propositiva, revelando-se de caráter impositivo ao Poder Executivo e, neste aspecto, considerando as definições constitucionais, transgrediu o processo essencial de formação das Leis, ao impor *modus operandi* para contratação de cargo criado pelo Executivo, em arrepio ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes, consagrado no art. 2º, da Constituição Federal, o qual prevê: “*São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*”.

Ademais, prevê ainda a Constituição Federal de 1988 que:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



**II - disponham sobre:**

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;**

De igual forma a nossa Lei Orgânica prevê que:

Art. 74. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

**II - do Prefeito:**

- b) a criação de cargo e função públicos da Administração e afixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;**

(...)

Art. 87. Compete privativamente ao Prefeito:

**III - prover e extinguir os cargos públicos do Poder executivo;**

**XI - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;**

Neste ponto é que se destaca que o controle de constitucionalidade da norma, haja vista que o mesmo deve ser analisado quanto aos aspectos formais e materiais, deve estar de acordo com a forma e conteúdo instituída pela constituição Federal e pelo princípio da simetria, pela Lei Orgânica do Município.

Ao município compete legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber, entre outras competências previstas nos o incisos do art. 30 da Constituição Federal.

Assim sendo, as matérias pertinentes a criação de cargo, forma de provimento/extinção e organização administrativa são de competência privativa do Chefe do Executivo.

Nos entes políticos da Federação, assim dividem-se as funções de governo: o Executivo foi incumbido da tarefa de administrar, segundo a legislação vigente, por força do postulado da legalidade, enquanto que o Legislativo ficou responsável pela edição das normas genéricas e abstratas, as quais compõem a base normativa para as atividades de gestão.

Essa repartição de funções decorre da incorporação à Constituição Federal do princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2.º), preconizado por Montesquieu, e que visa a impedir a concentração de poderes num único órgão ou agente, o que a experiência revelou conduzir ao absolutismo.

E como já dito, quando da alteração da forma de provimento de cargo criado, a presente emenda modificativa desrespeitou a iniciativa exclusiva própria, esculpida na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Importante destacar que a iniciativa parlamentar em matéria que lhe é estranha representa ingerência indevida e viola, conforme posicionamento jurisprudencial unânime, o princípio constitucional da separação de poderes (art. 2º, CF), denominado "Reserva da Administração", conforme entendimento do Pleno do STF:

"O princípio constitucional da reserva da administração impede a ingerência





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...). Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultravires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar os limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais." (STF- Tribunal Pleno. ADI-MC n.º 2.364/AL. DJ de 14/12/2001, p. 23. Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Observe-se que a iniciativa do processo legislativo para estabelecer a forma de provimento de cargos públicos, bem como a forma que os serviços públicos deverão ser prestados é imprópria, eis que é privativa do Poder Executivo, pois, como assinala Manoel Gonçalves Ferreira Filho *"o aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção, ou de seu interesse preponderante"* (Do Processo Legislativo, São Paulo, Saraiva, p. 204).

*As normas de fixação de competência para a iniciativa do processo legislativo derivam do princípio da separação dos poderes, que nada mais é que o mecanismo jurídico que serve à organização do Estado, definindo órgãos, estabelecendo competências e marcando as relações recíprocas entre esses mesmos órgãos* (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, op. cit., pp. 111-112). Se essas normas não são atendidas, como no caso em exame, fica patente a inconstitucionalidade, em face de vício de iniciativa.

Sobre isso, ensinou Hely Lopes Meirelles que se *"a Câmara, desatendendo à singularidade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao Prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convesçam de vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas institucionais inerentes às suas funções, como não pode delegá-las aquiescer em que o Legislativo as exerça"* (Direito Municipal Brasileiro, São Paulo, Malheiros, 7ª ed., pp. 544-545). (sem grifo no original)

Em casos semelhantes os Tribunais de Justiça Brasileiros afastaram a interferência do Poder Legislativo na definição de atividades e das ações concretas a cargo da Administração, destacando-se:

*"Ao executivo haverá de caber sempre o exercício de atos que impliquem no gerir as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a iniciativa das leis que lhe propiciem a boa execução dos trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara Municipal, o órgão meramente legislativo, pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito"* (Adin. n. 53.583-0, Rel. Dês. Fonseca Tavares; Adin n. 43.987, Rel. Dês. Oetter Guedes; Adin n. 38.977, Rel. Dês. Franciulli Netto; Adin n. 41.091, Rel. Dês. Paulo Shintate).

(...)

As restrições impostas ao exercício das competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, entre elas a fixação de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes (...) (STF, ADI-MC-REF 4.102-RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, 26-05-2010, v.u., DJe 24-09-2010).

(...)

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...)" (STF, ADI-MC 2.364-AL, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 01-08-2001, DJ 14-12-2001, p. 23).





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



Destaco que nem mesmo a promulgação e sanção da emenda modificativa nº 1.01 ao Projeto de Lei Complementar 15/2022 teria o condão de tornar a norma constitucional, posto que vício como o que se apresenta macula o dispositivo em sua origem, conforme se colhe da jurisprudência:

**A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade.** Insustentabilidade da Súmula n. 5/STF. Doutrina. Precedentes. (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-03, DJ de 9-2-07). No mesmo sentido: ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-09, Plenário, DJE de 21-8-09; ADI 1.963-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 18-3-99, DJ de 7-5-99; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 29-3-01, Plenário, DJ de 25-5-01. (Sem grifo no original).

Desse modo, é latente o vício de origem da emenda modificativa em apreciação, uma vez que a matéria nela contida é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Portanto, a emenda modificativa em exame se revela inconstitucional, por apresentar vício de validade formal quanto à deflagração do processo legislativo, pois invade a iniciativa de lei exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Assim, resta evidente que a emenda modificativa nº 1.01 ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2022 não pode ser sancionada, vez que, em assim sendo, estar-se-á legislando sob a égide da ilegalidade, bem como contrário ao interesse público.

### **III – Conclusão:**

Diante do exposto, em razão dos vícios apontados, **decido vetar integralmente a emenda modificativa nº 1.01 ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2022**, requerendo que o presente veto seja apreciado e, de acordo com toda a argumentação supra, seja mantido pela Egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA  
COSTA NETO: 50700553649  
Bertolino da Costa Neto  
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CERTIFICA MINAS V5, OU=32143163000110, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.08.12 09:53:52-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1